

SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTOS NOS CRAS

Mais uma vez o Sindsasc vem a público manifestar sua posição acerca do fluxo de atendimentos nos Centros de Referência de Atendimento de Assistência Social (CRAS), considerando que, apesar do avanço representado pela concessão das 40h, ainda persiste um cenário de muitas dificuldades nos CRAS. Essas dificuldades são sentidas igualmente pela população que precisa dos serviços e pelos servidores e servidoras, que trabalham sob tensão, não raro chegando a situações de sofrerem agressão física.

Reiteramos posição aprovada em assembleia geral da categoria no dia 23 de junho deste ano: somos pelo retorno do atendimento agendado. As falhas identificadas no Sistema de Registro e Organização de Demanda (SROD), muitas delas associadas ao serviço terceirizado do 156, podem e devem ser corrigidas, sem que para isso seja necessário impor à população o desconforto e até desumanidade de pernoitar em frente aos CRAS.

O comparativo do número de atendimentos entre junho e julho deste ano prova que o Sindsasc estava correto em afirmar que o aumento da capacidade de atendimento estava na dependência, entre outras coisas, da concessão das 40h. Em julho houve um crescimento de 10 mil atendimentos particularizados, comparado com junho, perfazendo um acréscimo de 20%, mesmo sendo o mês de julho tradicionalmente utilizado pelos servidores como período de férias. Foram quase 63 mil atendimentos particularizados, contra pouco mais de 52 mil em junho. Outra proposta muito ressaltada pelo sindicato, as nomeações, também resultarão em mais atendimentos, tão logo os recém nomeados entrem em exercício.

A insistência da Sedes em priorizar o atendimento por demanda espontânea é a responsável pelas situações de conflito, seja entre usuários da assistência social, seja destes com os servidores. O sindicato tem recebido informações de práticas ilícitas nas filas como, por exemplo, a venda de vagas e o controle de agenda feito por quem não é agente público. Há casos mais graves envolvendo até mesmo assédio sexual.

Isso precisa ter um fim.

Outras providências urgentes, que também constam nas deliberações da assembleia do Sindsasc, são um projeto de segurança para as unidades e um plano de construção, reconstrução, reforma e reequipamento de praticamente todos os locais de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Social. A maior parte dos equipamentos públicos dessa secretaria não oferece boas condições de trabalho aos servidores e muitos deles podem ser definidas como insalubres.

Neste momento em que o país vive uma grave crise econômica e social, a efetiva implantação do SUAS é ainda mais necessária no Distrito Federal, unidade da federação que se destaca pela desigualdade social, pela concentração de renda e por um índice de desemprego superior à média nacional.

Brasília, 09/08/2022

Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do GDF

SINDSASC